



Artigo da diretoria da AdUFRJ mostra que campanha pela redução da jornada de trabalho é justa e abre oportunidade para a esquerda

nature communications



Article

<https://doi.org/10.1038/s41467-024-54041-3>

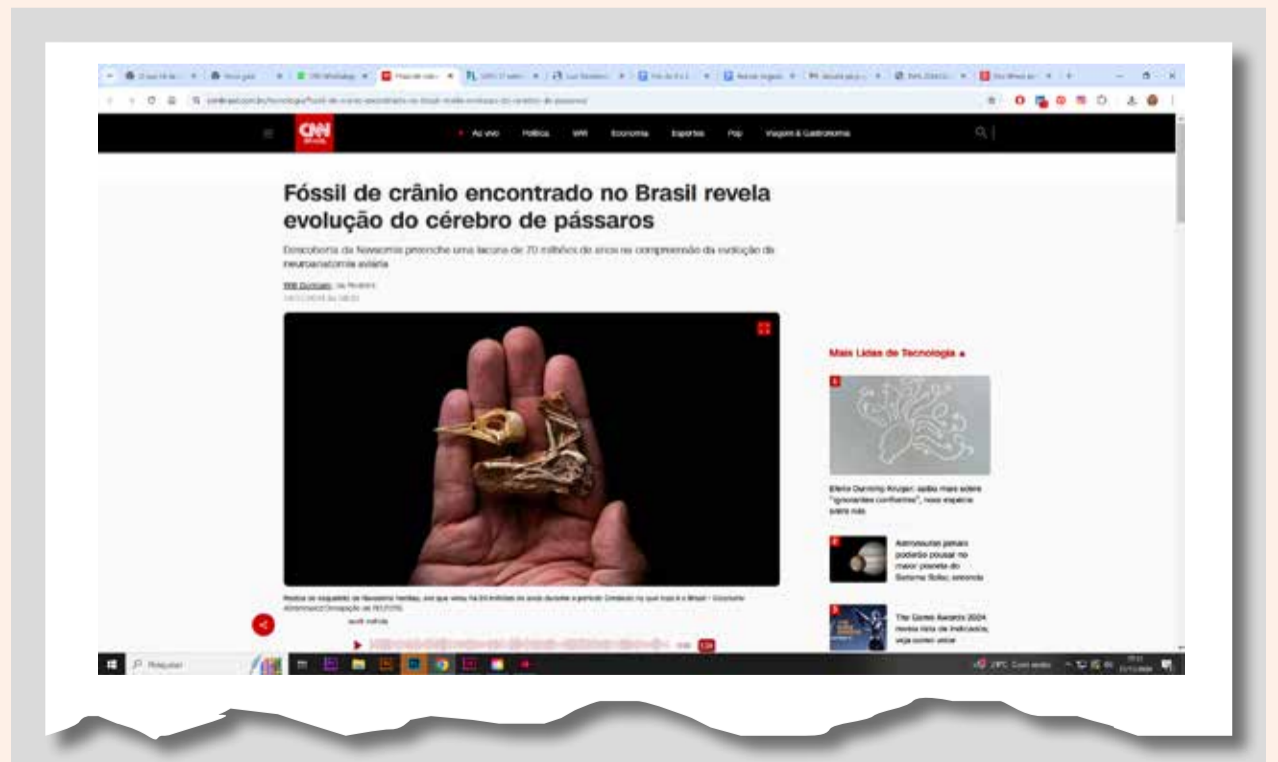
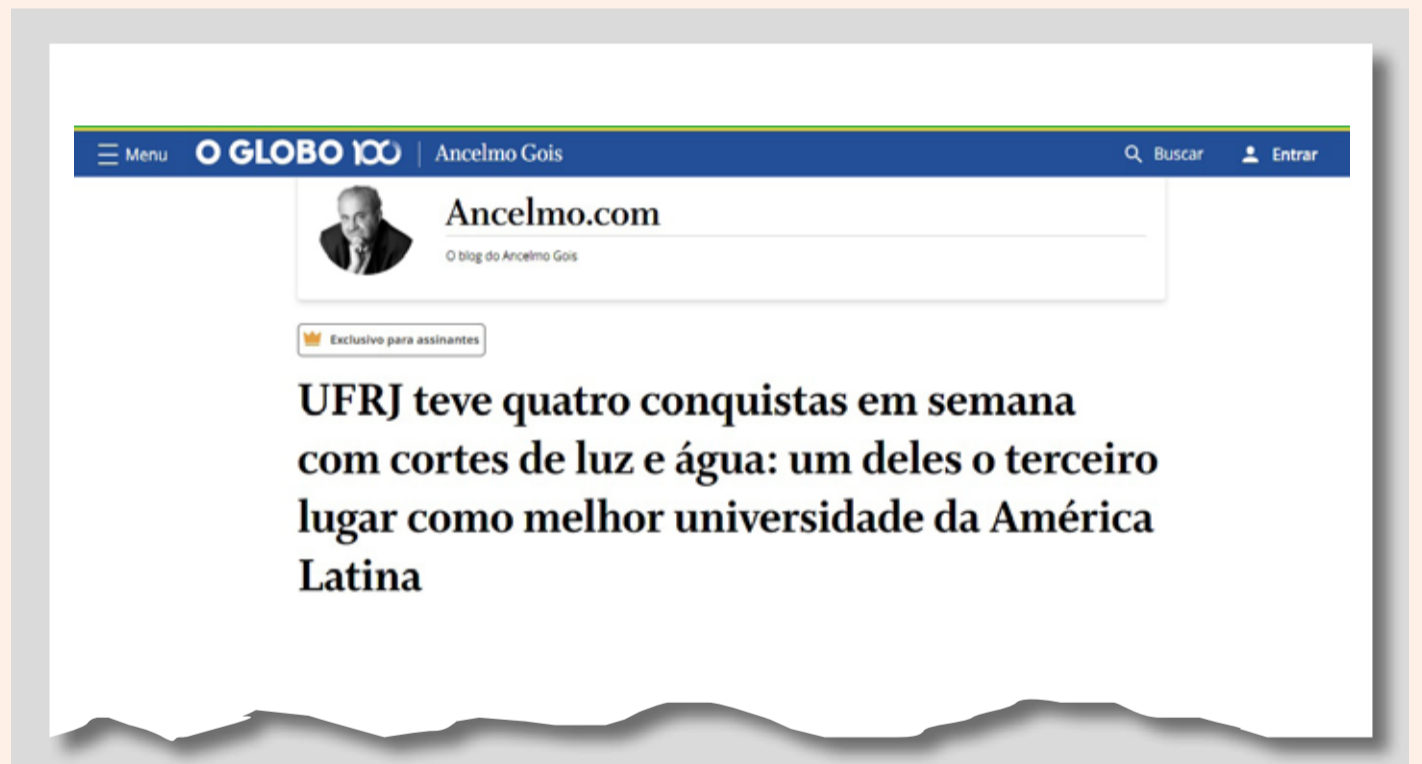
Molecular profiles, sources and lineage restrictions of stem cells in an annelid regeneration model

IMAGINA COM DINHEIRO...

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

Mesmo com orçamento minguado, a UFRJ resiste com garra e excelência. Na semana em que teve a luz e a água cortadas por falta de pagamento, a universidade demonstrou toda sua potência na produção do conhecimento: cresceu em ranking de instituições da América Latina, teve dois artigos publicados em prestigiadas revistas estrangeiras e um de seus docentes eméritos foi escolhido para receber a maior honraria concedida pela Academia Mundial de Ciências.

“Recebi as quatro notícias com muita alegria. Precisamos de pautas positivas. A UFRJ é um patrimônio da sociedade brasileira”, afirmou o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, professor João Torres. “As notícias negativas existem e precisam ser veiculadas, mas existe muita coisa positiva que devemos divulgar para a sociedade. Só imaginem se a UFRJ tivesse um orçamento decente!”



Ecos da ditadura são tema da peça teatral Re-Acordar

> Espetáculo da Associação TUCA lembra o terror imposto pelo regime militar e fala de esperança. Grupo se reencontrou 50 anos depois de extinto para contar suas histórias de dor e de resistência

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Densa, sensível, necessária. Esses são alguns mercedos adjetivos da peça Re-Acordar, apresentada pela Associação Tuca de Arte e Cultura. O espetáculo, gratuito, foi encenado no Centro de Tecnologia, dia 14, com o apoio da AdUFRJ. O enredo conta sobre o período mais sombrio da nossa história recente: a ditadura militar. Horror do qual estivemos muito próximos novamente, como mostraram os planos de assassinatos e de golpe desvelados pela Polícia Federal nesta semana.

A atriz Márcia Fiani explica que a peça conta a história de seus integrantes. “Nós começamos a fazer teatro amador em 1967”, lembra. Era o Teatro Universitário Carioca (Tuca). “Depois, veio o endurecimento da ditadura e nos afastamos”, completa.

A partir do AI-5, baixado em dezembro de 1968, o grupo foi desfeito. Vários estudantes que participavam do movimento artístico foram presos, torturados, exilados ou demitidos de seus empregos. “Nós nos reencontramos 50 anos depois e decidimos fazer algo que contasse as nossas trajetórias”, conta Márcia.

A peça mistura música, poesia, relatos, projeções de fotos e trechos da peça “Coronel de Macabira”, que o coletivo encenava na década de 1960. As diferentes formas de arte se juntam no palco e conduzem os espectadores a uma verdadeira viagem no tempo.

O assessor do estudante Edson Luís, em março de 1968, é retratado na obra, assim como a Passeata dos Cem Mil,



Esqueceram de nos avisar que não poderíamos ser felizes. E nós fomos! Viver vale a pena

TRECHO DA PEÇA RE-ACORDAR

a aprovação da Lei da Anistia e o Movimento Diretas Já! Os momentos históricos do país se misturam aos dramas vividos pelas personagens sem nome.

Em um dos muitos trechos tocantes do espetáculo, alguém declara: “Não dá para esquecer o barulho do molho de chaves que anunciava qual seria a próxima cela”. Ela se referia às chaves carregadas por carcereiros. O barulho ecoava pelos corredores para levar um preso político para interrogatório, tortura e, muitas vezes, para a morte.

No entanto, se engana quem pensa que o espetáculo é sinônimo de sofrimento. Há muita vida vivida, encenada e apontada para o futuro por seus personagens e atores octogenários. “Esqueceram de nos avisar que não poderíamos ser felizes. E nós fomos!”, festeja uma das personagens em cena. “Viver vale a pena”.



FOTOS: ALESSANDRO COSTA



FICHA TÉCNICA

Direção e dramaturgia:
Amir Haddad

Elenco:

Alberto Strozenberg, Amir Haddad, Dora Zaverucha, Márcia Fiani, Marta Klagsbrunn (In Memoriam), Mônica Arruda, Regina Célia Dantas, Ricardo Valle (in memoriam), Sérgio Alevato e Victor Hugo Klagsbrunn.

Sonoplastia:

Evandro Castro

Edição das músicas:

Márcia Fiani

Edição de fotos:

Marta Klagsbrunn

Direção de imagem:

Máximo Cutrim

Produção:

Associação
TUCA de Arte e Cultura

ENTREVISTA COM O ELENCO

Como foi falar de tantas dores no espetáculo? A arte ajuda a expurgar esses fantasmas?

Márcia Fiani - É difícil dizer isso, que expurgamos. A vida que a gente viveu está dentro da gente, faz parte da gente. Mas é verdade que nas nossas primeiras apresentações era muito difícil falar. Eu, por exemplo, fui exilada. Eu não conseguia parar de chorar. O que não é bom, porque, senão, a gente não conta a história. Não somos nós que temos que ficar chorando.

Como foi o reencontro?

Victor Hugo Klagsbrunn - Quando nós nos reunimos, sem saber muito bem o que queríamos fazer, constatamos que nós não nos conhecíamos. Tinha se passado 50 anos sem ter contato e aí cada um começou a contar a sua história. Foi muito emocionante. De repente a Marta, minha companheira, disse que tinha alguns poemas que nunca havia apresentado para ninguém. Ela nunca tinha mostrado

nem pra mim. E são eles que nos ajudam a passar por todas as etapas da peça. Eram muitos depoimentos e a gente queria incluir tudo. No início, esse espetáculo tinha duas horas e ninguém queria se desfazer de sua parte.

Foi uma construção coletiva, então?

Márcia - Totalmente. A partir desses depoimentos. E a gente inclui não só os nossos, mas de outras pessoas que eram do Tuca e não

estão na peça porque moram longe, têm outra vida, mas que fazem parte da história do grupo. Como a gente tinha muita coisa, a construção da peça passou pelo nosso mestre Amir Haddad. Ele é muito bom dramaturgo e nos ajudou a gerar essa dramaturgia.

A arte é resistência?

Sérgio Alevato - O Tuca foi fundado naquela época já como parte da resistência estudantil à ditadura. Era um ponto de confluência

de estudantes, até para discutir, conversar. Os diretórios estavam fechados, os DCEs fechados, a UNE fechada. Sem dúvidas, a arte é resistência e transformação.

AGENDA

27/11, às 19h
Biblioteca Parque,
na Rocinha

07/12, às 15h
Av. Getúlio de Moura, 1302
centro de Nova Iguaçu

RESISTINDO COM EXCELÊNCIA

Conquistas da universidade contrastam com a crise de subfinanciamento que levou aos cortes de luz e água na semana passada. UFRJ subiu em ranking da América Latina

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Mesmo com orçamento minguado, a UFRJ resiste com garra e excelência. Na semana em que teve a luz e a água cortadas por falta de pagamento, a universidade demonstrou toda sua potência na produção do conhecimento: cresceu em ranking de instituições da América Latina, teve dois artigos publicados em prestigiadas revistas estrangeiras e um de seus docentes eméritos foi escolhido para receber a maior honraria concedida pela Academia Mundial de Ciências. “Recebi as quatro notícias com muita alegria. Precisamos de pautas positivas. A UFRJ é um patrimônio da sociedade brasileira”, afirmou o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, professor João Torres. “As notícias negativas existem e precisam ser veiculadas, mas existe muita coisa positiva que devemos divulgar para a sociedade. Só imaginem se a UFRJ tivesse um orçamento decente!”

Se o financiamento continuar aquém do esperado, porém, o dirigente teme que as notícias positivas fiquem cada vez mais raras. “Grupos muito bem formados estão conseguindo sobreviver, a duras penas. Mas claro que isso não vai durar para sempre assim”.

Pelo menos por enquanto, ainda há o que comemorar. O professor Ismar de Souza Carvalho, do Instituto de Geociências, participou de um estudo que estampou a capa da *Nature*, em 13 de novembro. Ao lado de colegas de outras instituições, ele ajudou a classificar um fóssil de ave descoberto no interior de São Paulo que faz a conexão entre espécies mais antigas e as contemporâneas.

“É quase que o elo perdido entre o que estava na origem de todas as aves há 150 milhões de anos com as do tempo presente”, disse. O *Navornis hestiae*, que ganhou esse nome como homenagem ao seu descobridor, o professor William Nava do Museu de Paleontologia de Marília (SP), é um grande achado. “Eu diria que é uma chance em um milhão de encontrar um material como esse. O fóssil é uma das claras comprovações de que a evolução existe. E que, ao longo do tempo, algumas formas de vida persistem e outras desaparecem”.

A pesquisa demorou dois anos para ser concluída e inovou com a tecnologia de análise. “Só foi possível se chegar a essas conclusões porque não foram utilizados os métodos clássicos do estudo paleontológico. Foi feita

uma tomografia de todo o objeto. Não houve preparação mecânica, pois os ossos são muito frágeis. O método de estudo foi fundamental para o sucesso dos resultados obtidos”, afirmou.

Sucesso que o professor Ismar espera repetir em futuros projetos, se as políticas governamentais permitirem. “Em função das limitações estabelecidas pelo teto de gastos, isso faz com que nos vejamos em enormes armadilhas. Ficamos sem condições de produzir mais conhecimento ou o conhecimento é produzido com enorme dificuldade”, lamenta.

Já a professora Christine Ruta, do Instituto de Biologia e coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, publicou um artigo na revista *Nature Communications* em 18 de novembro. Resultado de seis anos de pesquisa, o trabalho contou com a colaboração de pesquisadores de diversos países. “O estudo revela como minhocas marinhas regeneram tecidos danificados e abre caminhos para novas descobertas na biologia”, afirma. “A capacidade de regenerar tecidos perdidos é um fenômeno fascinante observado em muitos organismos, mas os motivos pelos quais algumas espécies conseguem realizar esse processo com tanta eficiência ainda são pouco compreendidos”, explica.

No caso das minhocas marinhas (anelídeos poliquetas), o segredo está em um processo chamado “desdiferenciação celular”, no qual células maduras retornam a um estado semelhante ao de células-tronco, permitindo a formação de uma nova zona de crescimento em poucas horas. “Essas descobertas não apenas ampliam o conhecimento sobre a biologia da regeneração, mas também abrem novas possibilidades para pesquisas em medicina regenerativa e biotecnologia”, diz.

Embora não tenha enfrentado dificuldades orçamentárias para a conclusão do trabalho — que contou com colaborações internacionais — a pesquisadora não tem dúvidas de que poderia fazer mais se a UFRJ e a Ciência nacional apresentassem financiamento adequado. “A escassez de recursos nos obriga a limitar nossas pesquisas, deixando iniciativas valiosas apenas no papel. A pesquisa que realizo exige fomento contínuo, envolvendo equipamentos de alta resolução, uma das claras comprovações de que a evolução existe. E que, ao longo do tempo, algumas formas de vida persistem e outras desaparecem”.

AVANÇO EM RANKING

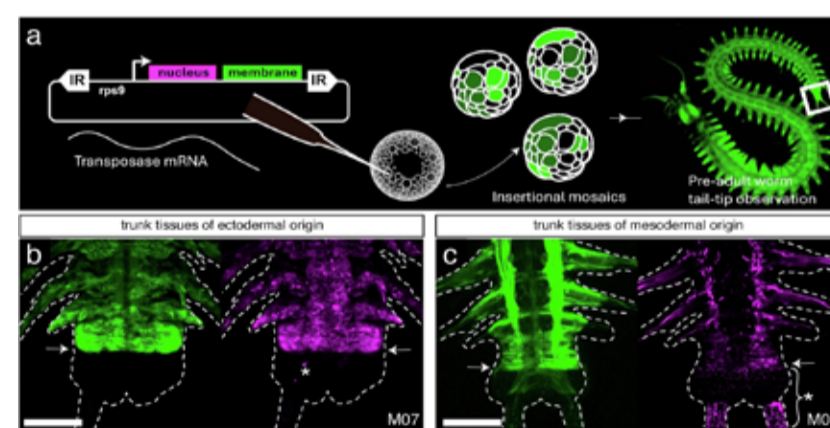
Os artigos dos professores Ismar e Christine certamente irão contribuir para futuras avaliações da universidade em rankings nacionais e internacionais nos

Rank	Name	Overall	Research Quality	Industry	International Outlook	Research Environment	Teaching
1	University of São Paulo ▼ Brazil	89.3	90.0	93.8	41.5	99.9	88.3
2	University of Campinas ▼ Brazil	87.7	86.9	76.5	38.6	99.5	88.7
3	Federal University of Rio de Janeiro ▼ Brazil	83.8	70.7	83.8	34.5	99.5	86.8

PÓDIO Universidade saltou do 11º lugar para a 3ª posição



ESTUDO com participação da UFRJ ganhou destaque na Nature. Ilustração é da artista Julia d'Oliveira



AVANÇO pesquisa (www.nature.com/articles/s41467-024-54041-3) abre novas possibilidades em medicina regenerativa

a coleta, organização e envio dos dados aos organizadores dos rankings”, explica. “Temos que gerar muitos desses indicadores. É todo um processo de garimpagem e tratamento das informações”.

Por outro lado, o THE é um ranking de indicadores complexos, com muitas variáveis. Uma melhor compreensão sobre o salto da UFRJ precisa considerar o desempenho em seus principais eixos, como o de citações das pesquisas. “Olhando os números, no eixo de citações, houve uma melhora muito forte (de 45,2 para 70,7). E esta parte pesa 10% da nota”, afirma Jacqueline. Além disso, a docente destaca que é preciso observar a situação das demais universidades. “É possível que algumas instituições que estavam à frente tenham piorado em algum ou vários desses indicadores”, diz.

Questionada se os orçamentos seguidamente rebaixados poderiam se refletir em retrocessos nos próximos rankings, a docente ariscaria dizer que sim, mas com ressalvas: “Se a gente imagina que uma parte do ranking tem a ver com produção científica que demanda recursos, é possível, sim. Mas é preciso esperar para ver”. Jacqueline lembra que o ranking recém-divulgado trabalha com dados referentes a 2022. “Há dois anos, também estávamos com dificuldades orçamentárias”.

PROFESSOR PREMIADO

Outra conquista para a universidade na semana que passou foi o anúncio da premiação do professor emérito Luiz Davidovich. O docente do Instituto de Física receberá, no próximo ano, a medalha TWAS, honraria concedida pela Academia Mundial de Ciências (TWAS, na sigla em inglês) aos pesquisadores que impulsionam a ciência e a tecnologia globalmente.

“Fiquei muito contente com a premiação, em particular, pela origem dela. A Academia Mundial de Ciências é uma instituição que contribui para reduzir a distância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. É a Ciência vencendo as barreiras do preconceito e do medo”, disse Davidovich.

Ciência que, no Brasil, preocupa. “Tivemos com Lula um progresso em relação ao governo anterior, com a liberação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e um reajuste das bolsas de mestrado e doutorado”, explica o ex-presidente da Academia Brasileira de Ciências. “Por outro lado, os recursos para as universidades federais estão muito reduzidos. É inaceitável que a eletricidade da UFRJ seja cortada por falta de pagamento”, completa Davidovich.

“Estamos fazendo de tudo para não fechar”, diz reitor

> Administração central negocia com o MEC suplementação orçamentária para colocar em dia as contas de água e luz. Serviços foram interrompidos durante três dias da semana passada

KELVIN MELO
E RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

A crise da UFRJ parece não ter fim. Menos de uma semana após os cortes de luz e água que atingiram instalações do Museu Nacional, da Praia Vermelha e do Fundão, as aulas foram suspensas no IFCS-IH por problemas na rede hidráulica (leia mais abaixo). A falta de orçamento para o funcionamento básico e a recuperação da precária infraestrutura da instituição desafia cada vez mais o cotidiano de milhares de professores, técnicos e estudantes.

“Estamos fazendo de tudo para não fechar. Estamos lutando para trabalhar, para produzir, para formar cidadãos. O servidor público precisa ser valorizado. Estamos ajudando a reconstruir este país. Esperamos o reconhecimento das autoridades ao nosso trabalho”, disse o reitor Roberto Medronho.

“Aguardamos suplementação orçamentária para não passar mais por este constrangimento. Nós não pagamos não por que não queremos; não pagamos porque não temos a verba. Por outro lado, o MEC também tem restrições orçamentárias. Mas precisamos priorizar educação e saúde”, completou o dirigente.

A última solicitação da administração superior ao ministério totaliza R\$ 50 milhões para colocar em dia os débitos com as concessionárias Light e Águas do Rio: seriam R\$ 35 milhões

para energia e R\$ 15 milhões para a água. Por enquanto, só chegou R\$ 1,5 milhão.

Na segunda-feira (18), representantes da reitoria e do MEC realizaram uma reunião remota para discutir a crise. As conversas terão continuidade em Brasília, provavelmente na próxima semana. A ideia é mostrar que muitos dos recursos recebidos pela instituição são “carimbados”, ou seja, destinados para finalidades específicas e que não podem ser redirecionados para o pagamento de contas do dia a dia.

Em aula pública organizada em 13 de novembro, essas limitações foram apresentadas à comunidade e à mídia em geral. Despesas anuais relativas ao funcionamento mínimo da universidade giram em torno de R\$ 500 milhões, diante de um orçamento de apenas R\$ 308 milhões.

Para além dos serviços das concessionárias, os demais contratos também estão em risco, informa a pró-reitoria de Finanças. A situação depende dos 90 dias durante os quais as empresas deveriam continuar oferecendo seus serviços, mesmo sem os repasses da universidade, de acordo com a legislação federal. “O prazo é irrelevante, porque as empresas não conseguem sustentar os serviços, na prática”, afirma o pró-reitor Helios Malebranche.

OS CORTES

A energia começou a ser interrompida na editora da universidade, no campus da Praia Vermelha, às 14h de 12 de novembro. Os cortes de água foram iniciados no prédio da reitoria, na manhã de 13 de no-



RENAN FERNANDES

vembro. Ambos os serviços só foram normalizados às 21h30 de 14 de novembro, informa o prefeito Marcos Maldonado. “Foi a maior crise que enfrentei aqui nos meus cinco anos e meio à frente da Prefeitura Universitária”, disse.

Em uma das unidades atingidas, o Edifício Jorge Machado Moreira — sede da decania do Centro de Letras e Artes, da EBA, da FAU e do IPPUR —, o corte de energia poderia ter causado um prejuízo ainda maior que a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas.

“Graças a um lençol freático na área, o subsolo precisa ser frequentemente drenado”, explica o decano Afranio Barbosa. Só que um dos geradores que alimentam as bombas d’água precisou de manutenção justamente no segundo dia da falta de luz, quando choveu bastante na cidade. “Ficamos no limite”, completou o decano.

“A sala onde fica o gerador de energia para as bombas d’água é no subsolo. Quando elas não dão vazão, a água danifica o próprio gerador, o que leva à inundação da casa de força, também no subsolo, podendo queimar dois transformadores”, informou o docente.

PROJETO DE LEI

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB) apresentou na última quinta-feira (21) um projeto de lei para impedir que concessionárias de serviços essenciais interrompam o fornecimento por falta de pagamento em hospitais e laboratórios de pesquisa científica com seres vivos. O texto de justificativa do PL cita o caso da UFRJ com a Light.

VAZAMENTO CAUSA SUSPENSÃO DAS AULAS NO IFCS E INSTITUTO DE HISTÓRIA

O já castigado prédio do Largo de São Francisco voltou a ser cenário de mais um problema da combalida infraestrutura da UFRJ. Na última terça-feira, 19, o rompimento de uma tubulação inundou salas de aula e o Salão Nobre do prédio, além de causar infiltrações nos banheiros. Alunos do IFCS e do Instituto de História ficaram sem aulas na quinta e na sexta-feira para os reparos emergenciais.

Ainda na quinta, 21, o restaurante universitário do térreo, que atende todas as unidades do Centro, também não funcionou por falta de água durante o conserto do encanamento. As atividades acadêmicas na uni-

dade voltam ao normal na próxima segunda-feira, 25.

“Existem muitos problemas de infraestrutura que precisam ser resolvidos. Conhecemos quase todos os gatilhos que estão armados e sabemos que vão estourar a qualquer momento, mas não conseguimos reparar preventivamente”, disse o professor Fernando Santoro, diretor do IFCS.

As direções do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e do Instituto de História lançaram um manifesto sobre a situação do imóvel. O documento solicita que uma fração do orçamento universitário seja dedicada à manutenção emergencial dos prédios históricos da UFRJ. Também rei-

vindica a criação de um escritório permanente da Coordenação de Preservação de Imóveis Tombados (Coprit). O prédio do IFCS é tombado.

Estudo divulgado pelo Escritório Técnico da Universidade estimou o custo de reforma das instalações hidráulicas e de esgoto em R\$ 1.005.263,97, (em valores de agosto de 2023). Já a reforma total do prédio está avaliada em R\$ 40 milhões.

“Cada vez que as reformas estruturais do prédio são adiadas surgem outros prejuízos e gastos que, somados, são maiores que os valores dessas reformas. A reforma é um gasto, mas é sobretudo um investimento no patrimônio”,

concluiu Santoro.

Presidenta da AdUFRJ e professora do Departamento de Ciência Política, Mayra Goulart expressou a tristeza por ter o trabalho interrompido reiteradamente. “É triste para um professor da UFRJ, eleita a terceira melhor universidade da América Latina, não poder fazer seu trabalho porque não tem água no prédio. O IFCS é um espaço de tradição e excelência reconhecido internacionalmente em pesquisas na área de Ciências Sociais. Essa situação é um desrespeito à sua história e legado”.

A vice-reitora Cássia Turci informou o que a administração central está se desdobrando para

retomar a normalidade no IFCS-IH, mas que as restrições orçamentárias da UFRJ são muito graves. “Enviamos uma equipe para fazer o conserto do barbeará que se rompeu, mas existem outros dez no prédio que precisam de manutenção. Estamos esperando orçamento para fazer também esses dez e a cisterna”, disse. “Estamos trabalhando na licitação de um contrato de manutenção para toda a UFRJ que deve entrar em vigor no início de 2025. Embora muitas ações sejam corretivas no início, a ideia é que, com o tempo, passem a ser preventivas”, completou. (Renan Fernandes)

NOTA PÚBLICA DOS PROFESSORES EMÉRITOS SOBRE OS CORTES

À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA E À SOCIEDADE

Engajados na vida universitária, nós, Professores Eméritos abaixo-assinados, não poderíamos nos calar diante dos recentes cortes de fornecimento de energia e água pelas empresas concessionárias, que tornaram visível a grave crise em que foi lançada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, submetida a uma crescente asfixia financeira.

Na verdade, esta crise se arrasta há muito anos, desde os governos Temer e Bolsonaro. A UFRJ, assim como toda comunidade universitária e científica brasileira, tinha a expectativa e, até mesmo, a certeza de que o governo eleito em 2022, pelos compromissos por ele assumidos, disponibilizaria de maneira decidida e urgente os recursos indispensáveis tanto para saldar dívidas pendentes como para sanar carências acumuladas por esta universidade no que diz respeito à manutenção de prédios e laboratórios, à assistência estudantil e tantas outras.

As expectativas se frustraram, e a crise se aguçou. Em 28 de setembro de 2023, o Conselho Universitário aprovou uma moção, em que apelava para uma suplementação orçamentária, uma vez que “mantido o atual orçamento proposto na PLOA, a UFRJ fechará no ano que vem” (https://consuni.ufrj.br/images/atas/CONSUNL_230928.pdf).

A situação, portanto, já era crítica e de conhecimento não apenas da comunidade universitária, mas também das autoridades governamentais. Passado um ano, porém, assistimos consternados à agravamento de uma crise que esperávamos ver definitivamente superada. A asfixia orçamentária nos levou a uma dívida com a empresa concessionária de energia elétrica de R\$ 31,8 milhões, decorrente de faturas não pagas em 2024, além de R\$ 3,9 milhões em parcelas não quitadas de um acordo firmado em 2020. A

isso somam-se as dívidas com a concessionária do serviço de abastecimento de água e com várias empresas contratadas para prestação de diferentes serviços. A degradação de nossas instalações é visível, a exemplo da Escola de Educação Física e Desportos, cujas aulas tiveram que ser deslocadas após o desabamento de um muro, sinalizando gravemente vários outros riscos ainda não sanados.

Diante da emergência decorrente do corte de fornecimento de energia, o Ministério da Educação veio a público, demonstrando, no entanto, sua insensibilidade ou sua total incompreensão em relação ao que efetivamente se passa. Após culpar os governos anteriores, omitindo que o orçamento de 2024, diferentemente do de 2023, foi elaborado pelo governo atual, insinua que as dificuldades não seriam decorrentes da falta de recursos, mas, sim, de problemas de gestão interna: “A gestão orçamentária e financeira das universidades federais é pausada pela autonomia garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal. Assim, as instituições têm total liberdade para definir suas prioridades internas, incluindo a alocação de recursos, a gestão de contratos terceirizados e a execução de projetos, conforme suas necessidades e diretrizes institucionais.” (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/11/12/ufrj-tem-corte-de-energia-eletrica-por-inadimplencia-diz-light.ghtml>).

Lamentavelmente, repete-se a mesma tentativa do governo anterior de imputar à “gestão interna” os problemas que enfrentamos. Caberia perguntar: com os recursos disponíveis, qual seriam as prioridades? Pagar o fornecimento de eletricidade ou as bolsas dos estudantes pobres? Pagar o fornecimento de água ou a alimentação estudantil? Assegurar serviços de segurança ou de limpeza?

No momento em que o cumprimento do teto de gastos, imposto pelo eufemisticamente chamado “arcação fiscal”, é exigido pela grande imprensa corporativa e são anunciados novos cortes nas despesas e investimentos nas áreas de saúde, educação e direitos trabalhistas, a crise da UFRJ apenas

denuncia a irresponsabilidade daqueles que pretendem impor à nação a continuidade de políticas que corroem nosso Estado e nossas instituições públicas, as universidades entre elas.

Sabemos que não faltam recursos ao Tesouro para atender às necessidades básicas, à educação, à saúde, à cultura, à manutenção de um meio ambiente equilibrado, à assistência social e a outros direitos sociais garantidos pela constituição e pela legislação vigente. Afinal, cerca de R\$ 600 bilhões são dedicados anualmente a pagar uma dívida pública constituída, em grande parte, de juros acumulados – dívida que a recente elevação de 0,5% da taxa Selic, determinada pelo Banco Central, aumentou em nada menos de R\$ 30 bilhões. Isso para não falar dos orçamentos secretos ou dos R\$ 456 bilhões (4,9% do PIB) distribuídos com generosidade, sob a forma de subsídios, muitos deles para satisfazer a alguns poucos privilegiados.

Por essas razões, nós, Professores Eméritos da UFRJ, juntamo-nos às vozes e lutas de nossa comunidade universitária e de todos aqueles que sabem que as universidades públicas, gratuitas, de qualidade e comprometidas com as necessidades do povo brasileiro constituem um ingrediente essencial de qualquer projeto nacional digno deste nome. Reivindicamos, com firmeza, que o governo cumpra os compromissos assumidos com a educação, a ciência, a cultura e com a produção e a reprodução do conhecimento, convocando associações científicas, colegas de outras universidades, assim como toda a sociedade, para defender a integridade da universidade pública, como garantia do presente e do futuro do Brasil.

Rio de Janeiro,
15 de novembro de 2024

Adalberto Ramon Vieyra

Adelaide Maria de Souza Antunes

Ana Ivenicki

Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro

Antonio Carlos Campos de Carvalho

Antonio Carlos Secchin

Antonio Giannella-Neto Beatriz Becker

Carlos Aguiar de Medeiros

Carlos Bernardo Vainer

Carmen Lucia Tindó Secco

Celina Maria Moreira de Mello

Consuelo da Luz Lins

Dinah Maria Isensee Callou

Djalma Mosqueira Falcão

Edson dos Santos Marchiori

Eduardo de Faria Coutinho

Elba Pinto da Silva

Fernando Garcia de Mello

Francisco Radler de Aquino Neto

Gilberto Barbosa Domont

Hatsuburo Masuda

Helio dos Santos Migon

Henrique Murad

Hilton Augusto Koch

Jorge Almeida Guimarães

Jorge Fernandes da Silveira

José Egídio Paulo de Oliveira

José Luis da Costa Fiori

José Mauro Peralta

José Paulo Netto

José Roberto Lapa e Silva

José Sergio Leite Lopes

Liu Hsu

Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha

Luiz Felipe Alvahydo de Ulhoa Canto

Manuel Domingos da Cruz Gonçalves

Marcello André Barcinski

Márcio Tavares d’Amaral

Marcos Roberto da Silva Borges

Maria Angela Dias

Maria Antonieta Rubio Tyrrell

Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Marieta de Moraes Ferreira

Marlene Soares dos Santos Muniz Sodré de Araújo Cabral

Nei Pereira Junior

Nelson Francisco Favilla Ebecken Nelson Maculan Filho

Nelson Velho de Castro Faria

Olaf Malm

Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho

Paulo Alcantara Gomes

Paulo Mascarello Bisch

Raquel Paiva de Araújo Soares

Ricardo de Andrade Medronho

Sandoval Carneiro Jr.

Segen Farid Estefen

Sonia Gomes Pereira

Takeshi Kodama

Talita Romero Franco

Vera Lúcia Rabello de Castro Halfoun

Volney de Magalhães Câmara

Willy Alvarenga Lacerda

Yvone Maggie de Leers Costa Ribeiro

Campanha contra 6x1 é oportunidade para esquerda

> Proposta de redução da jornada laboral mobiliza setores de trabalhadores que foram capturados pela direita. Dialogar com esse segmento é fundamental para o campo progressista

DIRETORIA DA ADUFRJ
comunica@adufrrj.org.br

O fim da jornada de 6x1 é um “cavalo selado” que está passando na frente da esquerda para que ela se reconecte com a massa trabalhadora e possa se fortalecer para as eleições de 2026.

Até o fim da tarde de segunda-feira, 18 de novembro, a PEC de autoria da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) alcançou 233 assinaturas de deputados, 62 a mais que as 171 necessárias para que a Proposta de Emenda à Constituição de redução da jornada de trabalho comece a tramitar no Congresso Nacional. O início da tramitação é pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

A PEC surgiu de uma iniciativa bem-sucedida do vereador eleito do Rio de Janeiro (RJ) Rick Azevedo (PSOL), criador do movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Esse movimento se espalhou pelas redes sociais, sobretudo em grupos de WhatsApp e Telegram, e conseguiu, até o fechamento desta edição, recolher mais de 2,9 milhões de assinaturas em uma petição online chamada “Por um Brasil que vai além do trabalho”.

Rick Azevedo tem o perfil do jovem de periferia do qual a esquerda se desconectou, como sabiamente identificou o rapper Mano Brown, às vésperas da eleição presidencial de 2018, quando Fernando Haddad (PT) foi derrotado pela extrema direita de Jair Bolsonaro.

“O Partido dos Trabalhadores é o partido do povo e tem que entender o que o povo quer. Se não sabe, volta para a base e vai procurar saber”, disse Brown, que foi criticado pela fala por setores do PT.

Nascido no interior do Tocantins, Rick tem 29 anos e vive há dez no Rio de Janeiro. Ganhou fama nas redes sociais ao descrever no Tik Tok sua rotina de balconista de farmácia, com os fatídicos seis dias de trabalho por um de folga, realidade vivenciada por milhões de jovens Brasil afora, sobretudo no comércio. Com a plataforma pelo fim do 6x1, Azevedo foi eleito com quase 30 mil votos (o mais votado do PSOL).

“Eu não tenho filho, não tenho marido, sou sozinho e não consigo fazer as coisas, imagina quem



tem tudo isso e casa para cuidar. A pessoa se doa para a empresa seis dias na semana e só tem um dia para folgar, isso para ganhar um salário mínimo”, diz ele em um dos vídeos.

Rick teve empregos como auxiliar de serviços gerais, vendedor e frentista até chegar a balconista de farmácia, e chegou a se matricular em três faculdades (Enfermagem, Marketing e Jornalismo), mas não concluiu nenhuma delas, segundo ele, por falta de tempo.

Em resumo, o tema que mais

mobilizou a base histórica do PT e da esquerda nos últimos anos não tem a assinatura do PT nem do governo Lula, mas pode ser uma bela “carona” caso ambos assumam algum protagonismo nessa discussão da redução da jornada de trabalho. É previsível que haja uma forte oposição do patronato, mas até isso pode ajudar o PT e a esquerda a se reconectarem com as periferias, com os trabalhadores de escala (Enfermagem, Marketing e Jornalismo), mas não concluiu nenhuma delas, segundo ele, por falta de tempo.

Getúlio Vargas voltou ao poder em 1950 “nos braços do povo”, depois de sua renúncia em 1945, com o fim do Estado Novo.

O QUE DEFENDE A PETIÇÃO DO INFLUENCER E VERADOR ELEITO RICK AZEVEDO

A petição que conseguiu mais de 2,9 milhões de assinaturas e que serviu de base à PEC defende:

- Revisão da escala de trabalho 6x1 e a implementação

de alternativas que promovam uma jornada de trabalho mais equilibrada, permitindo que os trabalhadores desfrutem de tempo para suas vidas pessoais e familiares;

- Debate público aberto e transparente, envolvendo representantes dos trabalhadores, empregadores e especialistas em direitos laborais, para encontrar soluções viáveis e justas que melhorem as condições de trabalho no Brasil;

- Criação de políticas de proteção ao trabalhador que incluam o direito a férias regulares, licença parental, limitação de horas extras, entre outras medidas que promovam a saúde física e mental dos empregados.

PEC DE ERIKA HILTON PROPÕE ALTERAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO

- Alteração no inciso XIII, do artigo 7 da Constituição Federal que estabeleça “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

- O texto atual diz o seguinte: “Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

O Brasil foi o segundo país com mais casos de burnout (doença ocupacional decorrente do esgotamento físico, emocional e mental), segundo pesquisa da International Stress Management Association (Isma-BR), realizada em 2021. Cerca de 30% dos trabalhadores no país sofrem com a síndrome.

MARINHO DESCONECTADO

A origem da proposta e a reação lenta e anacrônica do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, explicitam o distanciamento entre a esquerda tradicional e as urgências do povo.

Luiz Marinho demorou a acolher a proposta de fim do 6x1. Sua primeira reação, aliás, pareceu saída de manuais analógicos e sindicais dos anos 80. Em nota,

ele defendeu que a redução de jornada seja feita nos acordos coletivos (ao contrário da PEC, que quer alterar a Constituição): “O Ministério acredita que essa questão deveria ser tratada em convenção e acordos coletivos entre empresas e empregados. No entanto, a pasta considera que a redução da jornada de 40 horas semanais é plenamente possível e saudável, diante de uma decisão coletiva”, afirmou a nota, publicada no dia 11.

Só três dias depois, no entanto, Marinho deu declaração explícita elogiando a mudança na jornada. “O governo tem grande simpatia pela proposta. A jornada de 6x1 é cruel, em especial para as mulheres”, disse em trecho de entrevista publicada por ele na rede social X, no dia 14.

Infelizmente, no governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, a primeira reação positiva ao fim do 6x1 veio do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB): “Isso não foi ainda discutido, mas acho que é uma tendência no mundo inteiro. À medida que a tecnologia avança, você pode fazer mais com menos pessoas, você pode ter uma jornada menor. Esse é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento”, disse ele, que é também ministro da Indústria e Comércio, em entrevista no Azerbaijão, onde chefia a delegação brasileira da Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP29.

No início da noite de quarta-feira (13), veio a mais firme posição do governo em relação ao assunto. A deputada Erika Hilton foi recebida no Planalto pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que garantiu o apoio do governo federal à PEC. O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), autor de uma PEC que também aborda a redução da jornada de trabalho e está parada no Congresso desde 2019, também participou do encontro e se comprometeu a trabalhar pela formação de uma Frente Parlamentar em defesa da redução da jornada, o que leva a crer que o PT vai embarcar de cabeça no tema.

O presidente Lula percebeu a popularidade da proposta e saiu em defesa durante o G20 social. “O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e política que hoje assola as democracias. O G20 precisa discutir uma série de medidas para reduzir o custo de vida e promover jornadas de trabalho mais equilibradas”, discursou Lula no sábado, 16.

DA PARTE DO PT E DO GOVERNO VIERAM OUTRAS MANIFESTAÇÕES DE APOIO

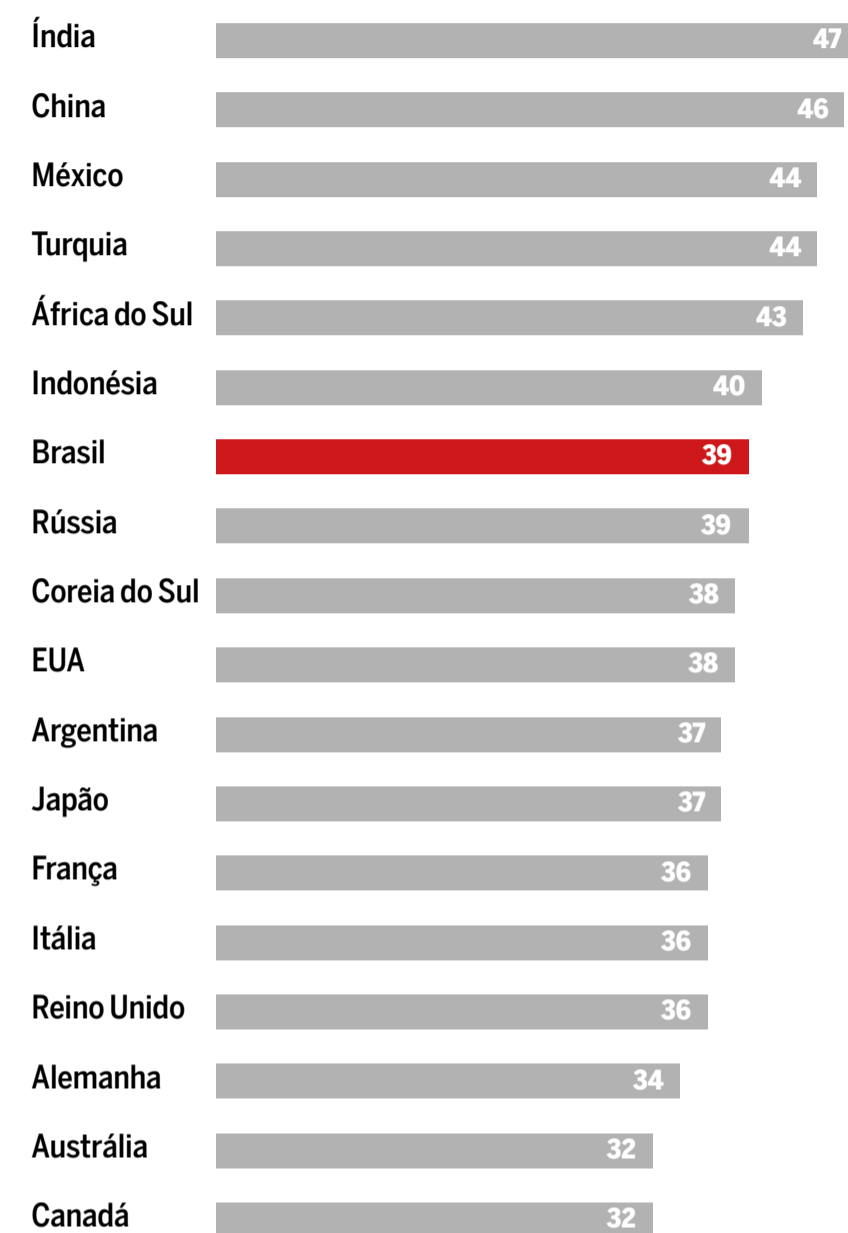
- O ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação, publicou em seu perfil no X: “A proposta de alterar a escala 6x1 tem meu apoio. Toda iniciativa que tem por objetivo melhorar as condições de trabalho e a vida da classe trabalhadora terá sempre nosso apoio. Temos uma luta histórica em defesa da redução da jornada de trabalho”.

- O secretário de Comunicação do PT, deputado federal

NO MUNDO

A escala de trabalho é discutida no mundo inteiro. Muitas corporações têm testado a semana de quatro dias em 23 países. Apesar do aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida dos empregados, ainda são poucas as iniciativas oficiais. Na Europa, Bélgica e Islândia legalizaram a redução da escala de trabalho sem redução de salário. A única experiência latinoamericana vem do Chile, mas é necessário acordo entre empresas e sindicatos que representem mais de 70% dos trabalhadores da corporação.

Média semanal de horas trabalhadas nos países integrantes do G20



*Fonte: Organização Internacional do Trabalho

Países que estão testando ou aprovaram a semana de quatro dias de trabalho

- ✓ África do Sul
- ✓ Alemanha
- ✓ Austrália
- ✓ Áustria
- ✓ Bélgica
- ✓ Canadá
- ✓ Chile
- ✓ Dinamarca
- ✓ Emirados Árabes Unidos
- ✓ Escócia
- ✓ Espanha
- ✓ Estados Unidos
- ✓ França
- ✓ Holanda
- ✓ Islândia
- ✓ Irlanda
- ✓ Japão
- ✓ Nova Zelândia
- ✓ Noruega
- ✓ Portugal
- ✓ Reino Unido
- ✓ Suécia
- ✓ Suíça

*Fontes: 4 Day Week Global e BBC



Jilmar Tatto, defendeu que a posição do partido é favorável à proposta. “A redução da jornada sem redução nos salários é bandeira de luta da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do movimento sindical em geral e do PT”, disse.

REAÇÃO DO PATRONATO

Em longa nota emitida no dia 11/11, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) diz:

- “Embora entendamos e valorizemos as iniciativas que visam promover o bem-estar dos trabalhadores e ajustar o mercado às novas demandas sociais, destacamos que a imposição de uma redução da jornada de trabalho sem a correspondente

redução de salários implicará diretamente no aumento dos custos operacionais das empresas. Esse aumento inevitável na folha de pagamento pressionará ainda mais o setor produtivo, já onerado com diversas obrigações trabalhistas e fiscais”.

- “O impacto econômico direto dessa mudança poderá resultar, para muitas empresas, na necessidade de reduzir o quadro de funcionários para adequar-se ao novo cenário de custos. Com isso, antecipamos que, ao invés de gerar novos postos de trabalho, a medida pode provocar uma onda de demissões, especialmente em setores de mão de obra intensiva, prejudicando justamente aqueles que a medida propõe beneficiar”.

- “A CNC conchama os parlamentares a reavaliar esta proposta e buscar alternativas que promovam o desenvolvimento econômico, a preservação dos empregos e o bem-estar dos trabalhadores sem onerar excessivamente as empresas e comprometer a estabilidade do mercado de trabalho brasileiro”.

CAVALO SELADO

A diretoria da AdUFRJ não apenas defende o fim da cruel escala 6x1 e a redução do número de horas trabalhadas. Entendemos que a adesão a essa campanha é uma oportunidade rara para a esquerda romper as bolhas políticas que nos afastaram do povo brasileiro, hoje sequestrado pelo discurso raivoso da extrema direita. Pelo fim do 6x1! Pela valorização da vida para além do trabalho!

MARATONA DE ATIVIDADES EM MACAÉ. PARTICIPE!

A diretoria da AdUFRJ está de malas prontas para Macaé.

Da última semana de novembro até 6 de dezembro, o sindicato fará uma série de atividades voltadas para os professores e a comunidade acadêmica na “capital nacional da energia e do conhecimento”.

Confira o intenso calendário e já salva as datas:

29 DE NOVEMBRO

Visita guiada pela exposição ‘O Tempo e a Casa’ sobre a história da Câmara e da Cidade

Local: Museu do Legislativo, de 15h às 17h.

2 A 6 DE DEZEMBRO

Exposição de fotos Servidores da Sociedade

Local: Foyer do Nupem.

5 DE DEZEMBRO

Plantão jurídico com o advogado da AdUFRJ. De manhã, no Nupem. E de tarde, no Polo.

6 DE DEZEMBRO

Seminário Ciência para o Desenvolvimento de Macaé, às 15h, no auditório do Nupem.

5 E 6 DE DEZEMBRO

Consultor vai apresentar planos de saúde para sindicalizados e dependentes. Atendimentos no Polo Universitário e no Nupem.

VISITA GUIADA PELA EXPOSIÇÃO O TEMPO E A CASA SOBRE A HISTÓRIA DA CÂMARA E DA CIDADE




15H

29/11 MUSEU DO LEGISLATIVO

AdUFRJ

PLANTÃO JURÍDICO COM O ADVOGADO DA ADUFRJ



5/12

MANHÃ NUPEM

TARDE POLO UNIVERSITÁRIO

AdUFRJ

PLANO DE SAÚDE - CONSULTOR VAI APRESENTAR AS CONDIÇÕES DO PLANO PARA SINDICALIZADOS E FAMILIARES.



5 e 6/12

POLO UNIVERSITÁRIO E NUPEM

AdUFRJ

EXPOSIÇÃO DE FOTOS SERVIDORES DA SOCIEDADE



2 a 6/12 FOYER DO NUPEM

AdUFRJ

SEMINÁRIO CIÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MACAÉ



15H

06/12 AUDITÓRIO DO NUPEM

AdUFRJ

PARTICIPE!

Confira o intenso calendário de programação e já salva as datas!



AdUFRJ